



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2013.0000340652

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0000011-40.2005.8.26.0362, da Comarca de Mogi-Guaçu, em que é apelante/apelado JOSE MAURICIO MARTINI, são apelados/apelantes MARIA APARECIDA SECCO SIVIERO (JUSTIÇA GRATUITA) e COMPANHIA DE SEGUROS MINAS-BRASIL.

ACORDAM, em 25ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Deram provimento ao recurso de apelação do réu para anular a sentença, prejudicados os demais recursos.V.U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores HUGO CREPALDI (Presidente sem voto), VANDERCI ÁLVARES E SEBASTIÃO FLÁVIO.

São Paulo, 13 de junho de 2013.

EDGARD ROSA
RELATOR

-Assinatura Eletrônica-

APELAÇÃO Nº 0000011-40.2005.8.26.0362 – VOTO Nº 9.744

APELANTES E RECIPROCAMENTE APELADOS: JOSÉ MAURICIO MARTINI;
MARIA APARECIDA SECCO SIVIERO; COMPANHIA DE SEGUROS MINAS –
BRASIL.

COMARCA DE MOGI-GUAÇU – 3ª VARA CÍVEL

MM. JUIZ DE DIREITO: DANIEL RIBEIRO DE PAULA

RESPONSABILIDADE CIVIL – ACIDENTE DE VEÍCULOS — FATOS CONTROVERTIDOS – NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA – JULGAMENTO EFETUADO SEM A PRODUÇÃO DE PROVA ORAL RECLAMADA PELAS PARTES – CERCEAMENTO DE DEFESA – SENTENÇA ANULADA.

- Apelação do réu provida, para anular a sentença, prejudicados os recursos da autora e da denunciada.

Trata-se de recursos de apelação interpostos contra a sentença de fls. 294/295, que julgou parcialmente procedente a ação de reparação de danos materiais e morais causados em acidente de trânsito. Os embargos de declaração apresentados foram rejeitados. Inconformadas, as partes recorrem para pedir a reforma da sentença.

O réu **JOSÉ MAURICIO MARTINI** (fls. 340/356 e aditamento de fls. 381/383) aduz, preliminarmente, cerceamento de defesa, porque não produzida a prova oral. No mérito, argumenta que não há prova cabal sobre a causa determinante do evento. Invoca, ainda, concorrência de culpas e falta de nexo de causalidade entre a lesão e o acidente. Impugna os danos morais reconhecidos.

A autora **MARIA APARECIDA SECCO SIVIERO** reclama reconhecimento, com base no laudo médico, do direito à pensão mensal, segundo o grau de incapacidade física.

A denunciada **CIA. DE SEGUROS MINAS BRASIL** alega, em suas razões recursais de fls. 385/399: a) a ausência de culpa do segurado; b) a ausência de solidariedade entre o segurado e a seguradora; c) a ausência de cobertura para os danos morais; d) a incorreta disciplina dos encargos de sucumbência.

Os recursos foram respondidos (fls. 406/414, 419/427 e fls. 431/437).

É o relatório.

Trata-se de apurar responsabilidade civil decorrente de acidente de trânsito ocorrido no dia 04 de outubro de 2003, por volta das 11 horas. Alega a autora que se encontrava na garupa da motocicleta Honda Biz-C100, placa DBR-2813, conduzida por sua filha Márcia Cristina Siviero, seguindo pela Avenida Bandeirante, sentido bairro-centro, em Mogi Guaçu, quando, nas proximidades de uma rotatória, o veículo GM-Celta, placa CXC-7111, conduzido pelo réu, ao ingressar no fluxo de trânsito, não adotou as cautelas necessárias, vindo a interceptar a trajetória da moto, causando o acidente.

A autora alega que a motocicleta em que estava foi “*fechada*” pelo veículo Celta, cujo condutor, no entanto, nega o fato e alega que houve colisão traseira quando ele

já ingressara no cruzamento.

Quando da decisão saneadora, foi deferida a produção de provas oral e técnica, mas, depois de juntado o laudo pericial, o Magistrado julgou a lide, reconhecendo a culpa do réu, sem no entanto fundamentar tal decisão, mencionando apenas que *“o histórico do Boletim de Ocorrência (fls. 13) acabou evidenciando ainda mais os fatos ocorridos, relatando de maneira eficaz a responsabilidade do réu”*.

A sentença recorrida, portanto, padece de nulidade por cerceamento de defesa (pois a prova oral era necessária para melhor elucidação de fatos controversos), e por falta de fundamentação acerca da responsabilidade do réu (sendo insuficiente mera remissão a documento lavrado por guarda municipal, expressamente impugnado na contestação).

Não há como condenar o réu sem que se lhe seja assegurado o direito de produzir as provas relevantes de seu interesse:

“Existindo necessidade de dilação probatória para aferição de aspectos relevantes da causa, o julgamento antecipado da lide importa em violação do princípio do contraditório, constitucionalmente assegurado às partes e um dos pilares do processo legal.” (STJ-3ª Turma, REsp 7.004, Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO, 21.8.91, DJU 30.9.91).

Ante o exposto, dá-se provimento ao recurso do réu para anular a sentença e determinar o retorno dos autos à origem para que se prossiga na fase instrutória,



prejudicadas as outras duas apelações.

EDGARD ROSA

Relator

-Assinatura Eletrônica-